UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

SECO CAMARÁ

PROJETO DE UNIDADE BINACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESTRATÉGIA POLÍTICO-DIPLOMÁTICA DE AMÍLCAR CABRAL NO PROJETO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE DE 1956 A 1973

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2024

SECO CAMARÁ

PROJETO DE UNIDADE BINACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESTRATÉGIA POLÍTICO-DIPLOMÁTICA DE AMÍLCAR CABRAL NO PROJETO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE DE 1956 A 1973

Projeto de Pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a aprovação do componente de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), do Curso de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

SECO CAMARÁ

PROJETO DE UNIDADE BINACIONAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ESTRATÉGIA POLÍTICO-DIPLOMÁTICA DE AMÍLCAR CABRAL NO PROJETO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE DE 1956 A 1973

Projeto de Pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a aprovação do componente de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), do Curso de Bacharelado em Humanidades.

Data de aprovação: 18/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.ª Dr.ª Íris Gomes dos Santos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Márcio André Oliveira dos Santos
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**JUSTIFICATIVA**	6
3	**PROBLEMATIZAÇÃO**	6
4	**HIPÓTESE**	7
5	**OBJETIVOS**	7
5.1	GERAL	7
5.2	ESPECÍFICOS	7
6	**REFERENCIAL TEÓRICO**	8
6.1	A UNIDADE FEDERAL DO CONTINENTE AFRICANO	8
6.2	ESTRATÉGIA POLÍTICO-DIPLOMÁTICA DE CABRAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ENTRE A GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	9
6.3	RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA GUINÉ-BISSAU E ORIUNDOS DE CABO VERDE REFERENTE AO PROJETO DE UNIDADE BINACIONAL	13
6.4	A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DOS DOIS PAÍSES FOI DIRIGIDA A PARTIR DA GUINÉ-BISSAU	15
6.5	RUPTURA NO SEIO DA UNIDADE APÓS ASSASSINATO DE AMÍLCAR CABRAL	17
7	**PERCURSO METODOLÓGICO**	20
8	**CRONOGRAMA**	21
	REFERÊNCIAS	22

1 INTRODUÇÃO

O propósito da pesquisa é analisar a estratégia político-diplomática de Amílcar Cabral no processo de construção da unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, que teve o seu início com a génese do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 19 de setembro de 1956. É a partir desse período que se iniciou a pronunciar a unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Conforme o estatuto do PAIGC na altura dizia, "uma organização política do povo da Guiné e Cabo Verde exerce a sua atividade nos dois territórios" (Estatuto, p. 2). E a ruptura no seio do projeto da unidade binacional após o assassinato de Amílcar Cabral. O recorte temporal desta pesquisa justifica-se por ser o ano de 1956 a génese do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que visava a luta pela independência dos dois países, que foi impulsionada pelo trágico massacre no cais de Pindjiguiti em Bissau, no dia 3 de agosto de 1959, que mobilizou os nacionalistas guineenses e cabo-verdianos a uma frente única para a libertação dos territórios da Guiné-Bissau e Cabo Verde que estavam a ser ocupados pela potência imperial portuguesa. O objetivo era trabalhar no sentido de unir os dois povos (Estado binacional) para uma luta conjunta através do PAIGC com caráter de unidade nacional, enquanto 1973 refere-se ao ano de assassinato do arquiteto do projeto de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, a 20 janeiro, na Guiné-Conacri, república vizinha da Guiné-Bissau.

A República da Guiné-Bissau é conhecida por sua composição política local diversa e rica, sendo considerada um mosaico de culturas. Situada na costa ocidental da África, o país possui 36.125 km^2, limitado ao norte pelo Senegal e ao sul e leste pela Guiné-Conacri. Ao passo que a República de Cabo Verde tem uma superfície de 4.033 km^2, localizada a aproximadamente quinhentos quilômetros da costa oeste da África. As ilhas de Cabo Verde devido à sua posição estratégica entre Europa, África e Américas têm desempenhado desde cedo um papel fundamental por intermédio entre esses três continentes, quase se assemelhando a uma segunda metrópole ao longo da costa africana.

Antero da Conceição Monteiro Fernandes (2007, p. 7) sinaliza que "da Ribeira Grande, as primeiras cidades fundadas pelos portugueses no além-mar, partiam missões de evangelização e de resgate de escravos, atividades estas que fizeram desta cidade um empório internacional do comércio de escravos". Essas atividades conectaram a costa oeste africana a Cabo Verde, o que levou a "Coroa Portuguesa" a designar em 1550 um capitão-geral para Cabo-Verde e a Guiné-Bissau. Essa conexão administrativa durou até o início do século XIX, chegando ao ponto em que a Guiné-Bissau passou a ser chamada Guiné de Cabo Verde. Ainda

de acordo com Fernandes (2007, p. 8), “o conjunto das ilhas e as povoações dos chamados rios da Guiné-Bissau passaram a constituir uma unidade administrativa sob a designação de capitania das ilhas de Cabo Verde, com sede na Ribeira Grande”.

2 JUSTIFICATIVA

A escolha deste projeto de pesquisa se justifica devido ao grande interesse pessoal e na necessidade de compreender a estratégia político-diplomática de Amílcar Cabral no projeto de construção de unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Como cidadão guineense, estudante académico, diante disso, sinto-me no dever de pesquisar o legado do pai da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, visto que a revolução de Amílcar Cabral ainda continua nas ruas de Bissau e Praia, as suas imagens expostas nos prédios, nas placas publicitárias, e as suas ideias ausentes nas escolas públicas, privadas e nas universidades da Guiné-Bissau, nesta ótica, interessa-me fazer esta pesquisa.

No âmbito académico este trabalho não é relevante só para mim, creio que poderá servir de suporte para os futuros pesquisadores no campo académico para desfrutarem do mesmo, quando os seus interesses se dialogarem com o projeto de unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por outro lado, este projeto constituirá num embasamento de reflexões teóricas para provocar mais em torno do tema e, simultaneamente, convidar as gerações vindouras, em especial os guineenses e cabo-verdianos, a conhecer e ter mais consciência sobre o pensamento político e diplomático de Amílcar Cabral no projeto de unidade entre os dois povos irmãos (Guiné-Bissau e Cabo Verde).

Na esfera política e social, este trabalho permitirá às autoridades políticas guineenses e cabo-verdianas a compreenderem o pensamento da ideologia progressista de Cabral sobre a união orgânica entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, face aos atuais desafios que se colocam aos dois países nas suas caminhadas para o desenvolvimento tanto do ponto de vista político como cultural, histórico, econômico e social.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

Ao longo dos anos os estudiosos têm destacado sobre o projeto da unidade africana que visava uma coesão política, económica e da preservação dos valores culturais, no qual o

panafricanismo defende a autodeterminação e a libertação total e um compromisso para conduzir os povos africanos dentro e fora do continente. PAIGC, considerado por muitos como a união dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde para a luta da libertação, foi um dos mais sucedidos dos países lusófonos e da África. Entretanto, diante disso, o presente projeto de pesquisa busca responder à seguinte questão: quais são as ideias de Amílcar Cabral sobre o projeto de Estado binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde?

4 HIPÓTESE

Partimos da hipótese de que a estratégia político-diplomática usada por Amílcar Cabral no projeto de construção de unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde estava embasada nas ideias socioculturais, históricas e no reconhecimento da soberania dos povos africanos.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

- ✓ Analisar a estratégia político-diplomática de Amílcar Cabral no processo de construção de unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

5.2 ESPECÍFICOS

- ✓ Analisar a relação dos dirigentes da Guiné-Bissau e oriundos de Cabo Verde referente ao projeto de unidade binacional;
- ✓ Compreender o porquê de Amílcar Cabral dirigir a luta pela independência dos dois países a partir da Guiné-Bissau;
- ✓ Entender a ruptura no seio da unidade binacional após o assassinato de Amílcar Cabral.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 A UNIDADE FEDERAL DO CONTINENTE AFRICANO

O pensamento dos nacionalistas africanos, em especial Amílcar Cabral, é impulsionado pelas reflexões das tradições que concebem como uma comunidade de destino compartilhada por meio da coesão política. O sonho do visionário político ganês Kwame N´krumah, um dos líderes imprescindíveis na luta pela libertação política dos países africanos, teve como objetivo fundamental arrancar todo o continente africano do colonialismo ocidental em todas as suas manifestações. A primeira iniciativa de Nkrumah foi "construir a união Gana-Guiné (1958) e a união Gana-Guiné-Conacri-Mali, primeira etapa rumo à União dos Estados africanos. A segunda foi organizar a Conferência dos Estados Independentes, sediada em Accra, em abril de 1958, não mais que um ano após a independência de Gana" (Nkrumah, 1963, p. 215). A ideia de Nkrumah é associada ao panafricanismo, pois a unificação política do continente era vista como único caminho para libertar a África da opressão imposta pelo colonialismo.

Sendo defensor da integração política continental e a criação de um mercado comum do continente, para Nkrumah (1963) a unidade política africana e o mercado conjunto constituíam um pré-requisito indispensável ao rápido e total desenvolvimento, não somente do continente em sua totalidade, mas igualmente dos Estados independentes associados no seio da união. Ainda no entendimento do panafricanista convicto "a unidade política dos Estados africanos era tida como melhor meio ou mecanismo de salvaguardar a nossa liberdade tão duramente conquistada e, o fundamento ideal do progresso econômico, social, cultural, tanto dos indivíduos como da sociedade" (Nkrumah, 1977, p. 7 *apud* Candé Monteiro, 2013). Se abordarmos cuidadosamente as reflexões de Nkrumah de que "África deve unir-se", remeteria a questão da identidade da África forçada na afirmação de Joseph Ki-Zerbo (2006) de que África deve ser construída através da integração.

Julius Kambarage Nyerere da Tanzânia, "advoga que apenas com a unidade se poderia assegurar que os africanos governassem realmente a África" (Sousa, 2011 *apud* Silva; Santos, 2014 p. 403). Ao longo do caminho houve várias tentativas de federações regionais e sub-regionais: Gana e Guiné Conacri; Daomé (atual Benim), Sudão, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Senegal formaram a Federação do Mali. No entanto, o projeto federalista mais duradouro na África foi a integração da Tanzânia e de Zanzibar para formar a Tanzânia, os outros projetos federalistas tiveram vida curta.

Conforme KwesiTaFari (2015) forças de resistências africanas passaram a ser

denominadas pelo panafricanismo nessa ocasião da génese da Associação Pan-Africana (1898), e a primeira realização da Conferência Pan-Africana em Londres (Inglaterra) no ano 1900, na qual estiveram presentes negros de diversas partes do mundo africano. Vale ressaltar que o papel de entidades culturais, jornais, partidos políticos, sindicatos, eventos e guerrilhas, ajudou a consolidar o panafricanismo na primeira metade do século XX, sendo um movimento social e partir de 1950 foi como projeto político da unidade federal do continente africano.

Perante estas manifestações que

> Em África e as manifestações abolicionistas nas Américas, identificamos o período entre as décadas de 1880 e 1940 como central na estruturação das principais ideias no movimento panafricanista, tais como o combate ao racismo, o retorno de negros na diáspora para África e a libertação africana do sistema colonial europeu. Sob a lógica do Tempo África, mesmo que o surgimento conceitual do panafricanismo nos remete ao final do século XIX, os pilares do movimento, como a identidade, a memória coletiva, a economia solidária, o matriarcado, a integração de amplas regiões territoriais e o nacionalismo são milenares na cultura e experiência histórica dos povos africanos (TaFari, 2015, p. 5)

6.2 ESTRATÉGIA POLÍTICO-DIPLOMÁTICA DE CABRAL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE ENTRE A GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

Com uma certa veracidade histórica se pode afirmar que 1960 foi o "ano em que a África se libertou," e isso inclui tanto os países francófonos, lusófonos quanto os anglófonos, pois a independência desses territórios (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) foram adiadas até a década de 1970. No entanto, é certo que a descolonização da África lusófona ocorreu muito mais tarde, apesar das novas ordens jurídicas internacionais que surgiram após a Segunda Guerra Mundial. Aliás, é importante ressaltar que a Segunda Guerra Mundial foi responsável pelo colapso do sistema colonial. Segundo Fernandes (2007, p. 13)

> a luta pela libertação dos povos coloniais, entre os quais incluem da Guiné e de Cabo Verde, teve como base o princípio da autodeterminação, entendida como o direito de um grupo humano (definido por características próprias, de escolher, livremente, o seu próprio destino, através da designação do seu estatuto político).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente com o estabelecimento das Nações Unidas em 1945, teve início a era anticolonial. Conforme a Carta da ONU, há uma referência direta à autodeterminação nos artigos 1º (2) e 55º, e indireta, nos artigos 73º e 76º. No artigo 1º- n.º 2, é proposto aos membros da ONU "desenvolver relações amistosas entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos à autodeterminação dos

povos" (Fernandes, 2007). No final dos anos 1950, Amílcar Cabral ficava atento a esses projetos de uniões regionais. Num relatório apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dakar (Senegal) nos dias 12 a 14 de julho de 1961, foi apresentado um relatório aos conferencistas no qual Cabral proferiu estas palavras: "somos pela unidade africana, à escala regional ou continental, como meio necessário para a construção do progresso dos povos africanos, para garantir a segurança e a continuidade deste progresso" (Cabral, 1976, p. 193). Entretanto, para António Tomás (2007 *apud* Silva e Santos, 2014, p. 409) "a fundação do PAIGC, em 1956, não tem fundamento. Cabral sente-se inspirado pelas ideias da unidade africana, aliás, em Angola, contribuiu para a fundação do MPLA."

Em 1955, uma proposta efetuada pelos países afro-asiáticos destacou-se que a relevância da Conferência de Bandung na luta contra o colonialismo reside no histórico vivenciado por tais nações. De acordo com Fernandes (2007) congregando vinte e nove países, na sua maioria recém-independentes, a Conferência de Bandung reiterou o seu apoio à causa da liberdade dos povos submetidos ao jugo estrangeiro, suplicando as potências interessadas que concedam a liberdade e independência a estes povos, contribuindo desta forma para acelerar a descolonização da África. Segundo Cabral, "para lutar contra o colonialismo também é preciso meios. É preciso, em primeiro lugar, criar um instrumento para a luta. Esse instrumento é o nosso Partido" (Cabral, 1974, p. 11). Conforme o estatuto do PAIGC de 1956, no seu ponto quatro, centra-se em seguintes objetivos:

- A conquista imediata da independência da Guiné e Cabo Verde;
- A democratização e a emancipação das populações guineenses e cabo-verdianas;
- A realização de um rápido progresso econômico e de uma verdadeira promoção social dos povos da Guiné dita portuguesa e de Cabo Verde.

No que se refere ao princípio da unidade, a obra Princípios *do Partido* deu-nos uma compreensão histórica para entender a ideia de Amílcar Cabral, o seu principal mentor que:

> Para nós o problema da unidade da Guiné e Cabo Verde não se põe por uma questão de capricho nosso, não é porque Cabral é filho de cabo-verdiano, nascido em Bafatá, que tem amor grande pelo povo da Guiné, mas também grande amor pelo povo de Cabo Verde. Não é nada por isso, embora seja verdade. Amílcar Cabral afirmou que a razão fundamental da unidade entre a Guiné e Cabo Verde é, 'por natureza, por geografia, por tendência económica, por tudo, até por sangue, a Guiné e Cabo Verde é um só' (Cabral, 1974, p. 21).

É com base neste argumento histórico que Cabral constituiu todo o edifício político para compor a União Orgânica entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Conforme a dissertação de Fernandes,

> No processo da construção da Unidade Guiné e Cabo Verde o PAIGC propunha duas etapas: a primeira tinha por objetivo, a conquista da independência nos dois países e a segunda a união orgânica deles. Para galvanizar as forças vivas contra o colonialismo, o P.A.I.G.C, tornou-se o principal instrumento de luta, e adotou como divisa a "unidade e luta", "para a independência da Guiné e Cabo verde" (2007, p. 52).

Entretanto, a ideia de formação da unidade entre os dois países de Amílcar Cabral através de um memorando que o Partido endereçou ao Governo português em 1960, no que tange a união orgânica da Guiné-Bissau e Cabo Verde centrava-se nestes aspectos a constituição das Câmaras de Representantes na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Na Guiné-Bissau na base de um represente para cada trinta mil habitantes e em Cabo Verde um represente para cada dez mil habitantes. Após a constituição destas Câmaras, "efetuar-se – ia uma reunião conjunta para estudar e decidir das possibilidades, bases e forma de realização, no quadro de unidade africana, da união orgânica dos povos da Guiné e de Cabo Verde" (Fernandes, 2007, p. 53).

Durante três anos da existência do seu partido, Cabral se destacou publicamente após o massacre no cais de Pidjiguiti, em 3 de agosto de 1959, que mobilizou os nacionalistas guineenses e cabo-verdianos a uma frente única para a libertação no sentido de unir os dois povos para uma luta conjunta através do PAIGC, com o caráter de unidade binacional no qual teve uma participação profunda. No ano seguinte, a repressão e perseguição da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) forçou os líderes da luta armada a deixar a Guiné-Bissau em busca de refúgio e apoio políticos nos países vizinhos (Guiné-Conacri e Senegal) para o início da luta armada contra o exército português que era do governo fascista de António de Oliveira Salazar.

PAIGC enviou uma declaração ao governo português em 1960 exigindo a autodeterminação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, atestando negociar este objetivo por meios pacíficos. No entanto, Salazar não respondeu a esta declaração e qualificou-o como uma organização terrorista. Em dezembro do mesmo ano, Amílcar Cabral a testa dos líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas realizou uma conferência em Londres, onde partiu o "apelo ao Governo português para aceitar negociações, deixando bem claro que, caso contrário, a solução seria a via da luta armada" (Santos; Silva, 2014, p. 37), o que veio a acontecer na Guiné-Bissau, em 23 de janeiro de 1963.

No entanto, Amílcar Cabral ao compreender que a ação militar e a mobilização interna, ajudas da Organização da Unidade Africana (OUA), não eram suficientes para decidir a guerra contra o império colonial, lança uma ofensiva diplomática em nome da autodeterminação dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde. A União Soviética, República Popular da China e Cuba esses países ajudaram na formação dos quadros e foram os maiores doadores do PAIGC para fazer face ao império colonial.

A Conferência de Roma de solidariedade para com os povos das colônias portuguesas que decorreu na Itália entre 27 e 29 de junho de 1970. Esta conferência foi abençoada pelo Papa Paulo VI através de uma audiência privada no dia 1 julho que concedeu aos três líderes dos movimentos nacionalistas: Amílcar Cabral do PAIGC, Agostinho Neto do MPLA e Marcelino dos Santos da FRELIMO, e a reunião durou 20 minutos. Cabral falou ao Sumo Pontífice em nome destes movimentos. Segundo o que consta na obra de Fernandes (2007, p. 30) o Vaticano terá afirmado que "estamos ao lado daqueles que sofrem, somos a favor da paz, da liberdade, e da independência nacional de todos, em particular os povos africanos"[1]. Essa posição do Vaticano demarcava claramente o colonialismo português e constituiu uma grande vitória no plano internacional dos movimentos nacionalistas.

Cabral aceita participar nas conferências internacionais, especialmente nos Estados Unidos da América, e denuncia, as atrocidades do Estado português na Organização das Nações em 1972, e o efeito da sua ofensiva diplomática fez com que uma missão especial da ONU efetuasse uma visita à Guiné-Bissau, e considera que:

> Proclamou que o PAIGC é o único e legítimo representante do nosso povo e recomendou que todos os Estados, todas as organizações e pessoas que tenham de tratar qualquer questão que diga respeito ao nosso povo, considerem o PAIGC como seu único representante. A partir desse momento, nem o Sr. Caetano, nem qualquer outro porta-voz do governo português tem o direito de falar em nome do nosso povo (Cabral, 2018, p. 234).

Este posicionamento da ONU em face de legitimidade do PAIGC sendo como o único com estatuto de pronunciar e dirigir o destino dos dois países, isso constitui uma vitória de grande importância à ofensiva diplomática de Cabral em nome da autodeterminação contra o império colonial português, na qual fez com que Portugal perdesse o prestígio que tinha perante organismos das Nações Unidas, e consequentemente, sem apoios dos mesmos, e sobretudo dos

[1] Apesar de o Vaticano ter mostrado o seu apoio ao PAIGC, FRELIMO e MPLA no que concerne à autodeterminação desses povos. No entanto, a Igreja Católica serviu de base para que o colonialismo tivesse êxito no continente Africano, com a sua política de evangelismo e com o argumento de salvar os africanos, um mecanismo suficiente para a dominação portuguesa em massa.

países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

6.3 RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA GUINÉ-BISSAU E ORIUNDOS DE CABO VERDE REFERENTE AO PROJETO DE UNIDADE BINACIONAL

As reações não foram favoráveis tanto por parte dos cabo-verdianos como dos guineenses em torno da uma unidade, sobretudo aos diferentes oposicionistas sediados na Guiné-Conacri, Senegal, Guiné-Bissau, e à contestação de certas elites cabo-verdianas. No entanto, Cabral estava convencido que o seu projeto tinha como base a história e cultura dos dois povos, mesmo com os problemas específicos ele falava o povo do continente (Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde) como se houvesse um único país. A primeira ação formalmente constatada contra a unidade pretendida por Cabral por parte dos cabo-verdianos foi através de José Leitão da Graça, que foi provavelmente o primeiro político a pronunciar-se contra a unidade entre a Guiné e Cabo Verde.

A primeira manifestação contra o princípio da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde verificou-se em 1962, a nível político-diplomático; foi através de uma missiva endereçada ao alto representante da Organização das Nações Unidas, aquilo que considera a união forçada entre a Guiné e Cabo Verde. Na missiva, da Graça afirmou que Cabral "muitas vezes mentia para justificar as ambições do seu partido", pois chegou a afirmar em Dar Es Salam (Tanzânia) por estas palavras: "nós, na Guiné-Bissau e nas ilhas de Cabo Verde, somos as mesmas gentes, temos a mesma língua e um só partido" (Fernandes, 2007, p. 39).

Na configuração social da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral carecia dos atributos étnicos que:

> lhe identificavam como bissau-guineense; some-se a isso a relação entre os bissau-guineenses e os cabo-verdianos que eram minadas de desconfianças devido às vantagens que os cabo-verdianos usufruíram em relação aos bissau-guineenses no que se refere à progressão na carreira administrativa e outros aspectos. Além disso, Cabral não era visto como bissau-guineense, mas sim como burmedju, chamavam-lhe de *burmedju*, isto é mestiço" (Cande Monteiro, 2013, p. 64.).

A recusa de Cabral seja possivelmente por ele não ter nenhum laço étnico da Guiné-Bissau, de tal maneira que se ele tiver este laço de um dos grupos étnicos do país na altura constituiria em si o elo simbólico de parentesco na configuração social e identitária a partir de um processo histórico de pertencimento a uma determinada linhagem. No entanto, não só os guineenses que consideravam Cabral cabo-verdiano, mas também os próprios cabo-verdianos

que participavam na luta pela independência não consideravam Cabral guineense. E, enquanto Cabral, por sua vez, desvaloriza estas ideias, usava como mecanismo uma identidade panafricanista que lhe isentava de qualquer contradição identitária[2]. Dizia assim: "eu sou simplesmente um africano cumprindo o meu dever no meu país, no contexto do nosso tempo," (Cabral, p. 191 *apud* Cande Monteiro, 2013).

Importa dizer que Amílcar Cabral nasceu a 12 de setembro de 1924, na cidade de Bafatá, no leste da Guiné-Bissau (na antiga Guiné dita portuguesa), filho dos imigrantes cabo-verdianos, o professor Juvenal Lopes Cabral e de Iva Pinhel Évora. Fez o ensino liceal na cidade de Bafatá, e aos oito anos seguiu-se para Cabo Verde para concluir o ensino médio que na altura não existia na Guiné-Bissau. Em 1945 Cabral conseguiu a bolsa de estudo para Portugal, onde ingressou no curso de Engenheira Agrária no Instituto Superior de Agronomia (ISA), em Lisboa. Durante os anos dos seus estudos que:

> Amílcar Cabral e outros colegas africanos de Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, entre os quais, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Alda do Espírito Santos e vários que começaram a dar os primeiros passos naquilo que mais tarde, depois de terem formados, se materializou em movimentos de libertação e, posteriormente, em partidos políticos nos seus respectivos países (Semedo, 2009, p. 16).

Depois de ter concluído o seu curso de licenciatura deixava sinais que queria ir trabalhar no seu país de origem. No início dos anos 1950 decidiu voltar para a Guiné-Bissau quando era designada 'Império Colonial' que cedeu lugar às 'Províncias Ultramarinas'. Amílcar Cabral chega a Bissau em setembro de 1952, acabando de ser indicado como diretor-adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné-Bissau, cargo que irá acumular com o da direção da Granja Experimental de Pessubé em Bissau. Cabral sabia pouco sobre a Guiné-Bissau, graças ao recenseamento agrícola na Guiné-Bissau que lhe deu uma compreensão profunda da situação do país que o viu nascer. De acordo com (Santos; Silva, 2014, p. 409) "cabo-verdianos e guineenses vivem então em mundos jurídicos diferentes: os primeiros são civilizados, os segundos, na sua esmagadora maioria, indígenas."

A criação de uma associação desportiva era supostamente para preparar os naturais da

[2] Até aos dias de hoje a rejeição a figura de Amílcar Cabral continua pairar na sociedade guineense e cabo-verdiana. Deputado cabo-verdiano, Emanuel Barbosa, do partido MPD numa entrevista concedida à Agência Lusa de Portugal, em 30 de abril de 2019, citado pelo Diário de Notícias diz ser exagero considerar "Cabral uma figura do Estado de Cabo Verde, explicando que isso viola a Constituição, mostrou-se contra a afixação dos seus quadros em instituições públicas" (fonte de acesso: https://www.dn.pt/lusa/interior/amp/deputado-cabo-verdiano-diz-ser-exagero-considerar-amilcar-cabral-figura-do-estado-10848162.html/). Entretanto, no ano de centenário de Cabral, o governo da Guiné-Bissau proíbe cartazes que celebram o seu centenário.

Guiné-Bissau para iniciarem o processo de afirmação dos seus direitos. Porém, o autor refuta que a suposta fundação do Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING) tenha sido realizada por Cabral. Devido ao problema de saúde, sua esposa, a sua filha e ele retornaram a Lisboa, em 1955. Segundo o que consta ao longo do tempo em um relatório da PSP de Bissau, "Cabral e a mulher se tinham comportado de maneira a levantar suspeitas de atividades contra a presença portuguesa em África, exaltando prioridades dos direitos dos nativos, chegando mesmo a pretender fundar uma agremiação desportiva e recreativa" (Julião Soares Sousa, 2011, p. 402)

Nesta ordem do dia Amílcar Cabral funda em Bissau o PAIGC[3] (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), em 19 de setembro de 1956, conjuntamente com os cincos patriotas, Luís Cabral, Aristides Pereira, Júlio de Almeida, Elisée Turpin e Fernando Fortes. É a partir desse período que se iniciou a pronunciar a unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Conforme o estatuto do Partido, na altura dizia que é "uma organização política organizada do povo da Guiné e Cabo Verde e exerce a sua atividade nos dois territórios" (Estatuto, p. 2).

6.4 A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DOS DOIS PAÍSES FOI DIRIGIDA A PARTIR DA GUINÉ-BISSAU

Após Salazar ter recusado a autodeterminação dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde por via pacífica proposto por Cabral, através dos meios políticos, não obstante sentiu-se obrigado a recorrer por via da arma para derrubar o regime de Salazar e, em 23 de janeiro de 1963, deu-se início a luta pela independência contra o império colonial portuguesa por meio de uma ação militar desencadeada no quartel de Tite na zona sul da Guiné-Bissau. Entretanto, tendo em conta as condições geográficas, as condições políticas, as bases logísticas e os fatores externos que eram mais favoráveis na Guiné-Bissau em relação a Cabo Verde, e estes foram uns fortes motivos que levaram Cabral a iniciar a luta a partir da Guiné-Bissau (Fernandes, 2007). E outros motivos fortes que levaram Cabral a iniciar a luta na Guiné-Bissau tem a ver

[3] Vale salientar que o PAIGC não foi o único que surgiu para libertar a Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas sim, surgiram também outros movimentos entre os quais, o Movimento para a Independência da Guiné (MIG), o Movimento para Libertação da Guiné (MLG), a União das Populações da Guiné (UPG), a União da População para Libertação da Guiné (UPLG), Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG), e a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING), resultante da união de vários grupos políticos (UPG, o RDAG e a UPLG), União do povo das Ilhas de Cabo Verde (U.P.I.C.V). Ora, percebe-se que grande número dos movimentos nacionalistas guineenses, mas é óbvio que o PAIGC virou como o maior partido e protagonista da luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde (Candé Monteiro, 2013).

com as condições que os guineenses viviam, condições que observamos na obra “A luta criou raízes” que denunciava a situação perante o congresso norte-americano, e afirmava que:

> A situação no meu país, antes da luta, caracterizava-se pela agricultura ser a base principal da economia, representando o amendoim cerca de 60% das exportações do país. Não existia qualquer tipo de indústria. Até 1960 apenas 14 pessoas tinham frequentado a Universidade e 99,7% da população era analfabeta. Apenas existiam dois hospitais, um em Bolama, outro em Bissau e em todo o país, apenas havia 300 camas para doentes. Nas algumas regiões a mortalidade infantil chegava a atingir os 80%: era essa a nossa situação como resultado da dominação colonial e de mais de 500 anos de presença portuguesa no nosso país. (Cabral, 2018, p. 259)

Importa frisar que, ao longo dos cinquenta anos da invasão portuguesa, a população guineense na sua maioria não podia ir à escola e foi apenas concedido à escola um certo grupo chamado assimilados. Conforme Semedo,

> O grau mais alto de escolaridade na Guiné-Bissau, em 1967, era primário, até 4ª série. Só a partir de 1968 é que passou a funcionar na então chamada Província da Guiné-Portuguesa, o primeiro colégio com o estatuto de nível médio, Honório Pereira Barreto 11, atual Liceu Nacional Kwame N'Krumah. E, mesmo com essa mudança, poucas pessoas tinham acesso à escola devido ao seu caráter seletivo, que classificava a população em duas categorias sociais: os assimilados, que eram cerca de 1% da população, que gozavam de direitos sociais iguais aos dos portugueses, enquanto os indígenas ou gentios, que eram cerca de 99% da população não gozavam desses direitos sociais elementares como a educação, saúde e habitação, por exemplo (Semedo, 2009, p. 21)

Um ano após o início da guerra da libertação dos dois países sob a liderança de Cabral, convocou-se o primeiro congresso do partido que decorreu nos dias 13 a 17 fevereiro de 1964 em Cassacá. Conforme Semedo (2007, p. 20), o

> congresso foi convocado com o intuito de debruçar-se sobre a questão da feiticeira, delinear as estratégias e corrigir os erros que aconteciam na operação militar que podia comprometer a luta. Entre os quais, o abuso de poder, desorientação, assassinato dos populares por parte dos alguns comandantes das guerrilhas que poderia desacreditar Amílcar Cabral perante a população, decidiu-se convocar este congresso.

Entretanto, com o encerramento do primeiro congresso o partido acreditava que tinha resolvido os problemas que punham em causa o progresso da luta.

Nos dias 12 a 15 de abril de 1970 novamente Amílcar Cabral enquanto líder do Partido convocou uma reunião para

> reforçar as resoluções do Congresso de Cassacá, com a criação dos órgãos com propósito de sustentar as suas atividades administrativas, políticas e militares. Entre os órgãos estruturados há o Comité Executivo da Luta (CEL), Conselho Superior da Luta (CSL), Forças Armadas Locais (FAL) e Comités Nacionais das Regiões

> Libertadas (CNRL) (Semedo, 2009, p. 21).

Esse avanço político e diplomático culminou com uma visita especial das Nações Unidas à Guiné-Bissau, designada de zonas libertadas. Depois resultou de uma legitimação do PAIGC na sessão magna XXVII da Assembleia Geral da ONU que autorizou os seus organismos a cooperarem com o partido no sentido de aperfeiçoar as condições culturais e da vida material nas zonas conquistadas. Com este avanço, o Partido através do Conselho Superior da Luta decidiu realizar a primeira Assembleia Nacional Popular (atual ANP da Guiné-Bissau), em agosto de 1971. Nesta Assembleia elegeram 120 representantes, esta serviu de base para a proclamação do Estado da Guiné-Bissau que veio a acontecer em 24 de setembro de 1973, em Madina de Boé.

6.5 RUPTURA NO SEIO DA UNIDADE APÓS ASSASSINATO DE AMÍLCAR CABRAL

Um dos maiores mistérios que divide os estudiosos de Amílcar Cabral é sobre o seu assassinato em Guiné-Conacri, a 20 janeiro de 1973, a tiros por homens do próprio partido. Até hoje continua pairando dúvidas sobre quem foi o mandante. Numa investigação jornalística feita por José Pedro Castanheira do jornal Expresso de Portugal, citado por Candé Monteiro (2013), dizia que cinco anos antes o próprio Cabral deixava sinais bem claros quando afirmava que "se um dia for assassinado, sê-lo-ei, provavelmente, por um homem do meu povo, do partido e talvez mesmo da primeira hora" (Castanheira, 1995, p. 81 *apud* Cande Monteiro, 2013). Entretanto, Amílcar Cabral estava convencido de que a sua morte não era algo impossível no decurso da luta de libertação.

A capacidade organizacional do PAIGC através da estratégia do seu líder levou com que António Spínola adotasse outra medida, o que era por via de negociação política envolvendo então o presidente do Senegal, o Leopold Sedar Senghor como mediador. Entretanto, viu-se o Governo central de Lisboa a recusar a sua proposta, e dizia Marcelo Caetano que:

> Aceitava um desastre militar antes da cedência política. Foi neste contexto que se verificou a estranha morte de Amílcar Cabral onde as explicações são várias: tensões no seio do P.A.I.G.C entre guineenses e mestiços cabo-verdianos, por dissidentes do partido instigados pela potência colonial e por ordem de Sekou Touré devido à projeção internacional de Amílcar Cabral. Spínola sempre negou cumplicidade ou autoria na morte de Cabral lançando farpas à ex-U.R.S.S. (Fernandes, 2007, p. 31).

Amílcar Cabral foi assassinado às vésperas de Proclamação da Independência da

República da Guiné-Bissau e após uma vitória diplomática contra o regime colonial português, o que resultou de uma visita especial das Nações Unidas à Guiné-Bissau, designada de zonas libertadas que autorizou seus organismos a cooperarem com PAIGC.

Com base na nossa pesquisa constatamo-nos duas hipóteses que são indissociáveis sobre o assassinato do arquiteto das independências da Guiné-Bissau e Cabo Verde: o primeiro tem a ver com divergência no seio da unidade binacional entre os guineenses e cabo-verdianos. A ala guineense na sua maioria mostrou-se descontente com aquilo que consideram a liderança majoritária dos cabo-verdianos nos órgãos do partido. Isto tudo deixava tenso o próprio Amílcar Cabral que tinha recebido várias vezes alertas de planos e conspirações do seu assassinato que, Aristides Pereira nos lembra que

> nenhum foi alimentado e por fim desconsiderados. Não obstante, Pereira justifica a atitude incrédula do líder do partido ao afirmar que "em Conacri havia uma verdadeira psicose do complot, de tal maneira que nos tornáramos cépticos a todos os rumores de conspirações (Cande Monteiro, 2013, p. 191).

No entanto, apesar de que os guineenses formavam a maioria no Conselho Executivo de Luta (CEL), a Guiné-Bissau por ser o espaço de operações de luta de libertação era natural que tinha a maioria os guineenses na composição do partido, não obstante os membros bissau-guineenses não participarem da parte administrativa do partido e na tomada das decisões. Entretanto, segundo Aristides Pereira estes dirigentes

> careciam de formação superior - poucos tinham atingido o nível superior, a exemplo de Vasco Cabral, para desempenhar funções administrativas. Portanto, Osvaldo Vieira, Chico Mendes, Carlos Correia, Nino Vieira, Carmem Pereira, Francisca Pereira, Fidelis Cabral de Almada, Vitor Saúde Maria e outros não possuíam formação superior, mas havia completado o ensino secundário da época e sem dúvida tinham como desempenhar cargos de destaque na administração do partido (Cande Monteiro, 2013, p. 193).

O império colonial português aproveitou da divergência entre os guineenses e caboverdianos, de tal forma que é importante assinalar que "a maioria dos membros do partido aliciados pela PIDE era de membros descontentes do partido, ou seja, eram dissidentes que contestavam a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde e a liderança de Amílcar Cabral, a exemplo de Aristides Barbosa" (Cande Monteiro, 2013, p. 194). Vale dizer que apesar de que os verdadeiros responsáveis e mandantes ainda estão por esclarecer, todavia, os envolvimentos diretos de Rafael Barbosa e Osvaldo Vieira não foram desconectados, pois por coincidência ou não eram as figuras que faziam críticas sistemáticas à liderança de Cabral.

Entretanto, o complô que resultou no assassinato do líder do PAIGC em Conacri, um

país independente que cedeu o seu território para instalação da base militar na luta de libertação dos dois povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, que aceitou garantir a segurança e proteção, levanta algumas suspeitas em torno do assassinato. Ainda com base na investigação do jornalista do jornal Expresso, tivemos a possibilidade de compreender o envolvimento de SekouTuré no assassinato de Cabral. A divergência deu-se,

> no impasse ideológico entre Amílcar Cabral e SekouTuré, no tocante à construção da Grande Guiné, que alguma literatura justifica a conivência do presidente de Conacri no assassinato do líder bissau-guineense. Um dos relatos citados no trabalho de José Pedro Castanheira enfatiza que a concessão de exílio ao PAIGC em Conacri estaria no bojo do Projeto da Grande Guiné, isto é, de que Guiné Conacri e Guiné-Bissau fossem reunidas num Estado Federal, depois da independência da Guiné-Bissau, proposta esta rejeitada por Amílcar Cabral; este fato foi apontado como sendo um dos motivos de Sekou Touré desejar a morte de Amílcar Cabral para que tivesse margem para viabilizar o projeto Grande Guiné. (Castanheira, 1995 *apud* Cande Monteiro, 2013).

O confronto entre o Leitão da Graça e PAIGC agudizou-se aquando da Proclamação da Independência da República da Guiné-Bissau. Parabenizou a conquista, no entanto, não gostou do texto da proclamação unilateral do Estado guineense; considerava que era uma mera anexação formal do território de Cabo Verde. Em 1973, a partir de Suíça, da Graça enviou

> uma petição O.N.U alertando esta organização que ‘As Ilhas de Cabo Verde são realmente uma colônia distinta da Guiné-Bissau, a ex-colónia portuguesa’, que ‘os cabo-verdianos são um povo africano distinto do guineense, que a nacionalidade cabo-verdiana deve a sua formação a elementos de quase todas as etnias transportadas dos rios da Guiné para o arquipélago de Cabo Verde (Fernandes, 2007, p. 39).

Depois de seis mês de assassinato do arquiteto do projeto de unidade binacional entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde na Guiné Conacri, o PAIGC convocou o segundo Congresso com o propósito de resolver os problemas no seio da unidade e para eleger um novo secretário geral do Partido, em 1973, na Madina de Boé, zona leste da Guiné-Bissau. Neste congresso foram eleitos:

> Aristides Pereira (cabo-verdiano) para cargo de secretário do partido, ante um aparente inconformismo de um grupo de guineenses liderado por Fidelis Cabral D´ Almada que se posicionaram a favor de João Bernardo Vieira. Em 24 setembro do mesmo ano foi proclamado da independência unilateral da Guiné-Bissau nas Colinas de Boé, leste da Guiné-Bissau, na voz do primeiro presidente ANP, João Bernardo Vieira (nino vieira), que também deu posse ao primeiro presidente da Guiné independente, irmão mais novo de Amílcar Cabral, Luís Cabral (Semedo, 2009, p. 23)

Esta decisão do Partido ao ter atitude de proclamar a independência da Guiné-Bissau de

uma forma unilateral foi uma mera estratégia política, com intuito de demonstrar a Comunidade Internacional que tinha controle do território, e que o império colonial fosse pressionado a reconhecer a Guiné e Cabo Verde como nações independentes. Entretanto, Portugal não cedeu estes territórios e só veio a reconhecer após um golpe de Estado que depôs o regime de Salazar em 25 de abril de 1974, através do acordo de Argélia no dia 10 de setembro do mesmo ano.

Dando sequência à luta dentro da unidade entre os guineenses e cabo-verdianos que desde a gênese do princípio da união dos povos houve constatações de ambas as partes. Entretanto, mesmo com o segundo congresso do Partido que visava consolidar coesão interna no seio da unidade, o impasse continuava entre os guineenses e cabo-verdianos. Segundo Fernandes,

> a confrontação política entre o P.A.I.G.C e a U.P.I.C.V culminou com a luta corpo a corpo após o 25 de Abril, com ambos a movimentarem-se no terreno. Discursos políticos com temas como "problemas facilmente criados por traidores cabo-verdianos", "a união com a Guiné-Bissau significa a anexação", "a soberania de Cabo Verde pertence ao povo da nossa terra", foram os argumentos políticos utilizados pela U.P.I.C.V para demolir o P.A.I.G.C (2007, p. 40).

7 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa tem como foco analítico o pensamento político-diplomático de Amílcar Lopes Cabral ao projeto de unidade binacional entre dois países com uma longa história. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, documental e procedimento qualitativo. Sem desviar do foco, apresentaremos a trajetória de Amílcar Cabral para que o leitor saiba um pouco de quem se trata. Para a realização deste projeto de pesquisa será realizado o levantamento bibliográfico dos livros, artigos científicos e das dissertações, estatuto e alguns textos escolhidos etc.

Para Antônio Carlos Gil (2010, p. 44), a pesquisa bibliográfica é "desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Para responder a nossa pergunta de partida buscamos centrar numa abordagem qualitativa com intuito de compreender e descrever resultados pesquisados. Neste projeto de pesquisa optou-se pela análise bibliográfica e documental. Conforme Gil, "vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa" (Gil, 2010, p. 46). Nesta análise será consultado o repositório das universidades e *google* académico. Enquanto a análise documental, segundo Gil (2008, p. 148) permite

informação em “quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas”. Nessa ordem de pesquisa, este trabalho consiste em examinar os documentos a fim de obter mais detalhes da pesquisa e adotar uma decisão.

8 CRONOGRAMA

№	**Atividades**	**Ano/Semestre**			
		2025			2026
		2024.2	2025.1	2025.2	2026.1
1	Criação de plano de trabalho	X			
2	Revisão bibliográfica	X			
3	Coleta de dados		X		
4	Análise dos dados		X	X	
5	Redação do trabalho		X	X	X
6	Revisão final e apresentação				X

REFERÊNCIAS

CABRAL**,** Amílcar**. (**1976**), A Arma da Teoria.** Unidade e Luta I, Lisboa, Seara Nova**.**

CABRAL, Amílcar. **Alguns princípios do Partido**. Seara Nova: Lisboa, 1974.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila**. Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional:** conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

ESTATUTO, Programa do PAIGC, acesso na internet https://www.marxists.org/portugues/temática/livros/paigc/43.pdf

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro, **Guiné-Bissau e Cabo Verde:** da unidade e separação. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) -Universidade do Porto Faculdade de Letras, Porto, 2007.

FONSECA, Luís e PIRES, Oliveira**. A luta criou raízes**. Fundação Amílcar Cabral, 2018.

FRANCISCO, Henriques da Silva e MÁRIO, Beja Santos. **Da Guiné Portuguesa a Guiné-Bissau:** Um Roteiro. Porto-MARÇO 2014

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. -4, ed.- São Paulo: Atlas, 2002

Nkrumah, K. 1963. – **Africa must unit, Nova Iorque/Londres**, Praeger/Heinemann
Semedo, Rui Jorge da Conceição Gomes. **PAIGC: a face do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)** /. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal de São Carlos: UFSCar,2009.

SOUSA, Julião Soares. Amílcar Cabral (1924-1973) **- vida e morte de um revolucionário africano**. Lisboa: Nova Veiga, 2011.

TAFARL, kwensi. **Karibu, Mwalimu Rodney:** uma introdução a vida e obra de Walter Rodney, historiador e militante panafricanist**a**. Texto publicado no I congresso de História da África, Africanidade e Ancestralidade, da Universidade de Santiago, 2015.

TOMÁS, Antônio. ‘**’O fazedor de utopias:** uma biografia de Amílcar Cabral. Lisboa: Tinta da China, 2007.